

As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das lembranças dos golpes civil-militares

CAROLINE SILVEIRA BAUER*

Brasil, 2004

Na noite de quarta-feira, 31 de março de 2004, o porta-voz da Presidência da República, André Singer, concedeu uma entrevista coletiva no Palácio do Planalto, sede do governo brasileiro, onde foi abordado, entre outros assuntos, o golpe civil-militar de 1964, que completava 40 anos naquele dia.

Singer, transmitindo a mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assim dirigiu-se aos presentes:

“Devemos olhar para 1964 como um episódio histórico encerrado. O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país. A nós corresponde lutar diariamente para consolidar e aperfeiçoar essa democracia reconquistada. Cabe, agora, aos historiadores fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período.”
(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004)

Um dos jornalistas presentes à coletiva, perguntou ao porta-voz como ficaria a situação das famílias de mortos e desaparecidos políticos frente a esta declaração de que 1964 era “um episódio histórico encerrado”. Categórico, Singer respondeu: “o Presidente não acrescentou nenhum comentário, além dessa mensagem que ele me pediu que transmitisse a vocês.” (*Idem*)

Lula, através de seu porta-voz, transferira toda a competência para falar sobre os episódios da história recente brasileira – marcada pelo terrorismo de Estado e pela cultura do medo – à categoria profissional que acreditava ser responsável ética e moralmente por esse passado e que possuía prerrogativas para julgá-lo: os historiadores. Evidenciava-se, neste discurso oficial, uma confusão entre o conhecimento histórico e a responsabilidade social – neste caso, omissão – por parte do Estado na elaboração de políticas públicas de reparação e memória em relação à ditadura civil-militar brasileira, para além do deslocamento da competência sobre questões jurídicas e penais. Ainda,

* Professora de História e historiadora, doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universitat de Barcelona.

ficava evidente uma permanência da “lógica da protelação”, presente desde as primeiras administrações democráticas pós-ditadura civil-militar.

Utilizando a retórica da verdade histórica, entendida como verdade acabada e, portanto, oficial, reduziu a prática do ofício de historiador ao estabelecimento de certezas e não à compreensão de processos complexos. (VINYES, 2009, p. 33-34)

Pensava que, desta forma, a História pudesse constituir uma memória social sobre o período, prescindindo de uma das premissas básicas de Halbwachs, para quem a memória se constitui a partir de experiências, e não de conhecimentos abstratos.

A História, enquanto disciplina, não tem essa atribuição, tampouco os historiadores possuem prerrogativas jurídicas e morais para “fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período.” Não detêm o monopólio do discurso sobre o passado, suas análises são apenas mais uma narrativa entre todas as existentes e em circulação sobre os eventos da história recente. (ROBIN *apud* VINYES, 2009, p. 33-34) Tratava-se de uma declaração que eximia o Estado brasileiro de sua responsabilidade em investigar e julgar crimes cometidos por ele próprio durante 21 anos de regime discricionário.

Uma considerável historiografia havia sido produzida até aquele momento sobre a ditadura civil-militar. Porém, a utilização deste fato como argumento de que havia – há – uma memória social sobre o período, e não existia – existe – nem desconhecimento social, nem silêncio sobre o terrorismo de Estado e a cultura do medo, é, no mínimo, uma imprudência, (*Ibid.* p. 32) porque estabelece uma comparação equitativa entre memória e história, a despeito de todas as distinções que existem entre elas, além de qualificar a história “[...] como portadora de una verdad oficial y acabada, en lugar de usarla como lo que es, una construcción verificada y siempre verificable, y por tanto abierta.” (*Ibid.*, p. 33-34)

Além disto, o conhecimento histórico não pode ser confundido com a socialização do conhecimento, reduzindo os processos de aprendizagem a uma responsabilidade individual, alheia aos discursos institucionais e aos processos histórico-culturais como a desmemória e o esquecimento.

Em realidade, quando se afirma que não há uma memória social e que o esquecimento e o silêncio em relação ao passado ditatorial, não se está ignorando a existência da produção de conhecimento sobre o período, e, sim, utilizando esses termos

– esquecimento e silêncio – como metáforas para reivindicar o reconhecimento público pelo Estado da existência do terrorismo de Estado, bem como seu o posicionamento em relação a esse passado e a atuação institucional com o objetivo de elaborar políticas públicas de memória e reparação e, assim, combater as seqüelas do terrorismo e da cultura do medo. Estas são reivindicações das quais Lula eximiu-se, ao conferir aos historiadores a responsabilidade sobre o passado.

A ausência de iniciativas governamentais para preencher um vazio ético – mais do que uma lacuna de conhecimentos – contribui para que se conviva, no presente, com uma sensação de que a ditadura civil-militar brasileira é “um passado que não passa”, e as insígnias de luta contra o esquecimento e silêncio persistam.

O fato do governo federal se eximir das discussões sobre o passado e se abster da responsabilidade sobre o mesmo é uma opção política que se crê benéfica e necessária para assegurar a “conciliação”. Os ex-presos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, assim, sofrem uma inibição institucional de suas lutas, permanecendo atomizados em sua luta, como se fossem as únicas vítimas do regime de terrorismo de Estado que fora implementado nos anos 1960. A sociedade, que se encontra ética, histórica e socialmente atingida por essa experiência, bem como pelos efeitos residuais da cultura do medo, não reconhece esse dano. (*Ibid.* p. 34-35) Os episódios de 1964 em diante, como afirma a mensagem do presidente, estavam “encerrados”, e os brasileiros souberam “superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país”.

A “boa memória” do Estado, o relato institucional da ditadura civil-militar, decretava como socialmente superado qualquer passado conflitivo e de confrontação. (*Ibid.*, p. 35) Porém, essa superação não se deu a partir do conhecimento sobre o que havia passado, e através da imposição desde o Estado dessa memória oficial, do silêncio, e do descrédito das memórias marginalizadas – principalmente dos ex-presos e familiares, sobre os quais o presidente da República silenciou – que seguiu reclusa em âmbitos privados ou associativos, ou, no máximo, estendida ao meio acadêmico. Da mesma forma, o presidente manteve o silêncio em relação aos arquivos da repressão. Havia uma deliberada vontade de esquecer os traumatismos do passado, (POLLAK, 1989, p. 12) que estavam sendo suscitados desde a posse de Lula em 2003.

Em entrevista para a revista *Carta Capital*, Suzana Keniger Lisboa, integrante da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, fornecia um contraponto ao silenciamento das memórias marginalizadas promovidas pelo governo:

“Suzana Lisboa: Para esse governo [Lula], é como se os mortos e desaparecidos políticos não tivessem existido.

Carta Capital: O que a senhora quer dizer?

SL: Que os familiares de mortos e desaparecidos políticos não tiveram anistia. Que a Lei de Anistia, de 1979, não atingiu os desaparecidos. Até hoje, lutamos pela localização e resgate dos corpos, para saber as circunstâncias da morte, pela identificação e punição dos responsáveis. Nada disso foi alcançado.

CC: E as indenizações recebidas?

SL: A indenização nunca foi nossa bandeira, e foi só o que recebemos. Os valores variam entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil. Eu recebi R\$ 124.510 pelo assassinato do meu marido [Luiz Eurico Tejera Lisboa]. Não discutimos a questão financeira porque não tem o que pague uma vida. O que queríamos e queremos é o resgate dessa história, que até hoje não aconteceu.” (CARTA CAPITAL, 2004, p. 25)

As declarações de Suzana Lisboa, enquanto representante dos familiares de mortos e desaparecidos, demonstram o isolamento ao qual são submetidos pelo governo e pela sociedade. Além disto, Suzana chama a atenção para o fato de que a lei de anistia se tratava de um artifício para impedir a responsabilização penal dos responsáveis pelas estratégias de implantação do terror – e, por consequência, dos desaparecimentos – no Brasil, e que isto não possuía ligação com o direito à verdade, ou seja, o esclarecimento das circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos. Por fim, deixava claro que o objetivo dos familiares não era receber a reparação pecuniária oferecida pelo governo, até aquele momento, a única medida de memória estabelecida pelo governo brasileiro.

Ao assumir o cargo da presidência da República em 2003, Lula “herdou” uma memória oficial sobre a experiência da ditadura civil-militar brasileira carente de aceitação, credibilidade e organização, que necessitava continuamente de um trabalho de sustentação, (POLLAK, 1989, p. 9) porque apregoava que a ditadura era um assunto do passado, que imperava o princípio da conciliação e que trazer à discussão o assunto se tratava de atitude revanchista.

Esta memória começou a ser formulada a partir da promulgação da Lei de Anistia em 1979, quando a memória até então subterrânea dos ex-presos e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos passou a concorrer com a memória oficial instituída pelos militares – que não necessitava até aquele momento de um imperativo de justificação para legitimar-se, pois se tratava de uma ditadura.

Porém, as crenças de que o “tempo trabalharia em favor da ditadura” e que, assim, “o esquecimento e o perdão seriam uma questão de tempo” não se mostraram corretas. Havia a necessidade de reconhecer – um reconhecimento tardio – que o tempo servira somente para reforçar a amargura e o ressentimento dos portadores dessa memória subterrânea. (Idem)

Essa memória oficial que se encontrava assentada na “ideologia da conciliação”, e, em consequência, interpretava qualquer questionamento em relação ao passado como revanchismo, passou a se tornar contraditória com o fato de que naquele momento, em 2004, “nenhuma pessoa, desde que minimamente informada e de boa fé, colocava em dúvida que a tortura foi sistematicamente utilizada pelas Forças Armadas brasileiras.” (REIS FILHO, [s. d.]) Porém, o paradoxo de se conhecer os crimes cometidos pela ditadura militar e ao mesmo tempo sustentar a conciliação se mantém porque setores da sociedade brasileira, antigos apoiadores da ditadura, tentam, hoje, desvincular-se da imagem de colaboradores, representando-se como esmagados “por uma ditadura alheia a sua vontade, imposta, um corpo estranho [...]” (Idem) Este deslocamento de sentido permitiu a perpetuação da impunidade e, ainda, a indisponibilidade dos arquivos da ditadura.

Argentina, 2006

Noite de sexta-feira, 24 de março de 2006, Buenos Aires. Feriado nacional decretado pelo Congresso. A *Plaza de Mayo* e seus arredores estavam tomadas por uma multidão de aproximadamente 100 mil pessoas. No palco montado em frente ao *Cabildo*, iniciou-se a leitura da “*Carta abierta de um escritor a la Junta Militar*”, de Rodolfo Walsh, escritor argentino montonero, escrita e enviada a diversos jornais no primeiro aniversário do golpe militar de 24 de março de 1977:

“[...] El primer aniversario de esta Junta Militar ha motivado un balance de la acción de gobierno en documentos y discursos oficiales, donde lo que ustedes llaman aciertos son errores, los que reconocen como errores son crímenes y lo que omiten son calamidades. [...]”

Estas son las reflexiones que en el primer aniversario de su infausto gobierno he querido hacer llegar a los miembros de esa Junta, sin esperanza de ser escuchado, con la certeza de ser perseguido, pero fiel al compromiso que asumí hace mucho tiempo de dar testimonio en momentos difíciles.

Rodolfo Walsh. - C.I. 2845022
Buenos Aires, 24 de marzo de 1977.”

No dia seguinte à escrita e ao envio desta carta, o escritor estava na esquina das ruas San Juan e Entre Ríos, em Buenos Aires, quando foi abordado por um grupo de tarefas da ESMA. Walsh tentou resistir ao seqüestro defendendo-se com uma arma, porém foi morto pelos agentes da repressão. Seu corpo foi levado àquele centro clandestino de detenção, onde foi exibido aos seqüestrados que ali estavam sendo mantidos. Um oficial que participara do operativo afirmava com orgulho: “Lo bajamos a Walsh. El hijo de puta se parapeté detrás de un árbol y se defendía con una .22. Lo cagamos a tiros y no se caía el hijo de puta.” (JAQUE A LOS ASESINOS DE WALSH, 2006) O corpo de Walsh nunca foi entregue a sua família, integrando a lista de desaparecidos políticos da ditadura argentina.

A marcha havia sido convocada por mais de 370 organismos culturais, estudantis, políticos e sociais. Adolfo Pérez Esquivel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1980 por sua atuação em defesa dos Direitos Humanos, junto a diversas organizações e representantes de partidos políticos, organizaram uma coletiva de imprensa na sede do *Servicio de Paz y Justicia* (SERPAJ) para convocar a sociedade a participar da marcha que se realizaria no dia seguinte, com concentração às 17 horas em frente ao *Congreso*. Pérez Esquivel afirmava: “Se debe señalar con mucha fuerza que éste será el encuentro del pueblo sin distinciones, pese a las profundas diferencias, porque todos tenemos derecho a estar en la plaza histórica”. (PÁGINA/12, 24 mar. 2006)

Na cabeceira, uma bandeira de aproximadamente 200 metros com fotos de desaparecidos políticos. Muitas pessoas carregavam faixas com insígnias das organizações de Direitos Humanos: “Treinta años, memoria, justicia, verdad”, “Juicio, castigo y cárcel común, efectiva y perpetua a todos los genocidas”, “anulación de los indultos” e “restitución de la identidad a los 500 jóvenes apropiados”. (Idem)

Durante o percurso entre o *Congreso* e a *Plaza de Mayo*, a multidão entoava gritos de guerra, e o que mais se repetia era “como a los nazis les va a pasar, a donde vayan los iremos a buscar”. Pessoas subiam nas árvores e em bancas de jornais, moradores da Avenida de Mayo estavam nas sacadas de seus apartamentos, para acompanhar a manifestação. Ao chegar à primeira quadra da avenida, a multidão começou a aplaudir.

Pérez Esquivel, que se encontrava na primeira fila da marcha carregando a bandeira, afirmou que aquela era “[...] la expresión del pueblo que repudia el terrorismo de Estado pero también es una declaración que se proyecta en este presente y que habla de qué tipo de sociedad queremos para nosotros: una sociedad justa, sin el ahogo de la deuda externa, sin marginados, sin represión.” (Idem) Carlos Pizzoni, da organização H.I.J.O.S., dizia: “Estoy contento, por supuesto, pero no satisfecho. Satisfecho voy a estar cuando no quede nadie en su casa, cuando nos digan qué paso con nuestros padres, dónde están sus cuerpos, quién dio cada orden, quién la ejecutó. No hay autocrítica que valga mientras no digan qué pasó, mientras no abran los archivos.” (Idem) Uma senhora que acompanhava a marcha afirmou: “Yo quiero ayudar, no sé si viniendo lo hago, pero si fuera por mí abrazaría a todos los que sufrieron la represión, les daría un beso a cada hijo.” (Idem)

Dois atos oficiais foram organizados pelo governo argentino para o dia 24 de março de 2006, os dois em antigos centros clandestinos de detenção.

Ao meio-dia do dia 24 de março, Néstor Kirchner participou de um evento realizado no *Colegio Militar de la Nación*, no *Campo de Mayo*, antigo centro clandestino de detenção, onde inaugurou uma placa em homenagem aos mortos e desaparecidos político e de repúdio ao golpe militar, e realizou um contundente discurso. Em um primeiro momento, o cerimonial havia pensado em realizar este ato no *Edificio Libertador*, onde funcionam a sede do Exército e o Ministério da Defesa, mas se optou pelo *Colegio Militar* para “evitar-se incidentes”. (Idem)

Kirchner estava acompanhado de seu vice-presidente, Daniel Scioli, da primeira-dama, Cristina Kirchner, da ministra da Defesa, Nilda Carré, dos governadores das províncias argentinas e do chefe de governo da Capital Federal, do secretário de Direitos Humanos da Nação, Eduardo Luis Duhalde, e outras autoridades. Estava diante dos comandantes das Forças Armadas e um considerável contingente de militares.

Junto ao descerramento da placa, onde se lia “Nunca más golpe y terrorismo de Estado. Por siempre respeto a la Constitución Nacional, Verdad y Justicia” (PÁGINA/12, 25 mar. 2006), foram retirados do *Colegio Militar* os quadros de Jorge Rafael Videla e Reynaldo Benito Bignone, dois ditadores integrantes das Juntas Militares que governaram o país entre 1976 e 1983. Após o descerramento da placa, realizou-se um minuto de silêncio em memória das vítimas da ditadura militar.

O discurso de Kirchner durou 29 minutos. Em diversos momentos, foi aplaudido pelos presentes no evento, menos pelos militares, que pareciam assistir ao discurso sem demonstrar nenhum entusiasmo. Um deputado chegou a afirmar que alguns pareciam estar muito nervosos. Porém, um jornalista especialista em temas militares comentou que, no entanto, os militares não podiam aplaudir por uma questão de protocolo. (Idem)

Existia uma grande expectativa sobre o discurso de Kirchner, porque até a noite do dia anterior circulavam boatos no *Congreso* de que o presidente iria anunciar a anulação dos indultos promulgados pelo ex-presidente Carlos Menem, o que não aconteceu. No entanto, o discurso do presidente foi bastante crítico, lembrando que a ditadura só pode ser mantida através de uma cumplicidade e de um respaldo de um grande setor da sociedade, e que, até os dias de hoje, sofria-se as conseqüências da ditadura econômica imposta pelos militares. “Desde el 24 de marzo de 1976 hasta el 10 de diciembre de 1983 se irradió en nuestra patria un gobierno de facto que se atribuyó la suma del poder político y aplicó un terrorismo de Estado que se basó en la práctica sistemática del secuestro y la tortura”, (Idem) começou o presidente, para depois prosseguir com as críticas aos civis:

“Aquel golpe no se redujo a un fenómeno impulsado por las Fuerzas Armadas. Hubo poderosos intereses económicos que pidieron el golpe. Sectores de la sociedad, de la prensa, de la Iglesia, ciertos sectores de la ciudadanía lo apoyaron. Había algunos que hasta decían que Videla era un general democrático.” (Idem)

O discurso marcava um rompimento fundamental com o passado ditatorial ao deslegitimar qualquer tipo de justificativa que se apresentasse como “excesso de atos individuais”. Além disto, o então presidente salientava a importância deste “plano criminal” para a imposição de um determinado modelo econômico:

“No se trataban de excesos ni de actos individuales. Fue un plan criminal ejecutado desde el Estado bajo la Doctrina de la Seguridad Nacional. Fue la sociedad la principal destinataria del mensaje de terror. Se buscaba una sociedad fraccionada, inmóvil, obediente. Sólo así pudieron imponer otro modelo económico, con un disciplinamiento social que pudiera establecer un orden que la democracia no les garantizaba.” (Idem)

O único nome citado pelo presidente em seu discurso foi o de José Alfredo Martínez de Hoz, ministro da Economia da ditadura militar até 1981, apontado como “cerebro” “de este modelo económico”, que lamentavelmente “no hayan sufrido castigo alguno.” (Idem)

Terminou seu discurso homenageando as *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*, “en el momento más terrible de la noche de la dictadura, fueron hombres y mujeres, pero sobre todo mujeres, las que se organizaron para enfrentar la barbarie. Fueron las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo” e fazendo referência à inconstitucionalidade dos indultos de Menem: “Espero, como reclama permanentemente la sociedad, que prontamente la Justicia determine la validez constitucional o, como pienso yo, la inconstitucionalidad de los indultos. [...] Que la Justicia proceda, y a fondo”. (Idem)

Outro ato oficial do governo argentino realizou-se na ESMA, às 14 horas do dia 24 de março. A ministra da Defesa, Nilda Garré, o ministro das Relações Exteriores, Jorge Taiana, ex-presos políticos, e o secretário de Direitos Humanos da Nação, Eduardo Luis Duhalde, visitaram as instalações do antigo centro clandestino de detenções, chamado desde 2004 de *Espacio para la Memoria y la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos*, quando foi entregue pelo governo às organizações de Direitos Humanos. (PÁGINA/12, 24 mar. 2006)

Estiveram presentes diplomatas e embaixadores de mais de 70 países, que após ouvirem os discursos programados, percorreram as instalações do *Casino de Oficiales*, principal prédio do centro clandestino, guiados por Jorge Taiana, sobreviventes e Lilia Ferreyra, companheira de Rodolfo Walsh, que realizou a leitura da *Carta Abierta*.

O primeiro a discursar foi Eduardo Luis Duhalde, que se interrogou: “¿Cómo se construye una maquinaria de matar de este nivel? ¿Cómo ciudadanos que uno creía normales constituyeron esa maquinaria? ¿Cómo se pudo torturar a chicos de 14 años de incipiente militancia y arrojarlos al mar? ¿Cómo se pudo arrojar al mar a las madres de Plaza de Mayo que buscaban a sus hijos?” (Idem)

Lilia Ferreyra afirmou que “venir a este lugar, pararme sobre el sótano donde estuvo el cuerpo acribillado de Rodolfo es como un triunfo sobre la muerte.” (Idem) A leitura da *Carta* de Walsh no prédio onde o corpo do companheiro foi visto pela última vez, afirmava, lhe dava “la satisfacción moral de un acto de libertad.” (Idem)

Por fim, Martín Grass, um dos sobreviventes desse centro clandestino, também falou: “No es un día fácil, no es un lugar fácil”, (Idem) começou, com grande dificuldade para falar. “En el pasillo que conducía a las celdas habían puesto en la pared, con un humor macabro, un cartel que decía ‘Avenida de la Felicidad’.” (Idem)

As manifestações pelos 30 anos do golpe argentino não se realizaram somente no dia 24 de março. Nos dias anteriores, diversas organizações sindicais, incluindo a *Confederación General del Trabajo de la República Argentina* (CGT), realizaram atos e descerraram placas lembrando seus desaparecidos. O presidente da CGT, Hugo Moyano, junto ao Ministro do Trabalho, Carlos Tomada, afirmou que “la dictadura militar torturaba” e que “la dictadura financiera dejaba sin trabajo a nuestros hombres y mujeres.” (Idem)

Os estudantes das escolas de Buenos Aires foram homenageados no *Congreso* no dia 23 e no dia 24 seriam homenageados na Legislatura da capital. Placas com nomes dos estudantes desaparecidos foram colocadas em seus respectivos colégios, e até mesmo na *Unidad 9* de La Plata, onde funcionou o *Pabellón de la Muerte*, local de onde os seqüestrados eram retirados para serem fuzilados ou lhes aplicar a chamada “lei de fuga”.

A imprensa escrita e a televisão argentina marcaram a efeméride com uma série de publicações e programas especiais. De acordo com o periódico *Pagina 12*:

“Los medios de comunicación, que por lo general le otorgaban poca importancia a la fecha, sobre todo la televisión, han sacado al aire programas alusivos al golpe militar, a la represión, la dictadura y a la lucha de los organismos de derechos humanos. Esta inédita cobertura abarcó no sólo al canal oficial sino también a los privados. Los medios gráficos editaron publicaciones especiales y los comentaristas políticos lo han convertido en un tema central.” (Idem)

Assim, a Argentina rememorava os 30 anos da implantação do chamado *Proceso de Reorganización Nacional* com o general Videla, de 80 anos, cumprindo prisão domiciliária pelo seqüestro de crianças, e o brigadeiro Massera, desde 2003 em estado vegetativo por um acidente vascular cerebral.

Políticas de memória e esquecimento a partir dessas lembranças

A escolha dos aniversários de 40 anos (celebrados em 2004, no Brasil) e 30 anos (ocorrido em 2006, na Argentina) dos golpes civil-militares que implementaram as ditaduras de segurança nestes países se deu porque as chamadas “datas redondas” são consideradas momentos condensadores das memórias e das versões sobre esse período, (CARVALHO e CATELLA, 2002, p. 199) no sentido em que ativam os diversos

sentidos sobre o passado traumático recente, tornando público um enfrentamento deslocado, no dias de hoje, para o âmbito discursivo.

Além disto, ambas as datas marcam o primeiro aniversário da instauração das ditaduras civil-militares de segurança nacional argentina e brasileira durante os governos de Lula e Kirchner, considerados nestes novos marcos sociais da memória sobre esses regimes.

Antes de iniciar a análise destas efemérides, ocorridas, então, em uma conjuntura caracterizada por mudanças nacionais e internacionais em relação aos Direitos Humanos, é necessário algumas considerações gerais sobre as comemorações e rememorações de datas históricas.

Muitos autores têm destacado que desde as últimas décadas do século XX, houve um crescente interesse sobre questões relativas à memória, como as comemorações e as rememorações; como a ânsia por lembrar, traduzida no “dever de memória”; e como a luta contra os esquecimentos induzidos com conotações políticas. Todos esses questionamentos estão presentes quando se analisa. Pierre Nora, por exemplo, afirma que, devido ao processo de aceleração da história, a memória deixou de ser um processo natural e uma prática social e passou a ser considerada como uma imposição exterior, “e nós a interiorizamos como uma obrigação individual [...]” (NORA, Pierre, 1993, p. 20) Frente às ameaças do esquecimento e silenciamento, criou-se uma obsessão pela conservação do passado, traduzida na obsessão pela memória. Conforme Júlio Pinto, “da sensação de perda à ânsia de recuperar o passado: nesse trajeto enuncia-se a vontade de memória e, mais, o dever, a ordem de lembrar. Uma forma de memória que, vinda de fora para dentro do indivíduo, dialoga com seu passado pessoal e imprime-lhe formas coletivas de compreensão.” (PINTO, 1998, p. 208)

Assim, o estudo das datas comemorativas e rememorativas torna-se temáticas de estudo privilegiadas para analisar a memória a partir de uma perspectiva que a entenda como um território de conflitos. Nesse sentido, comemorar significa “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento” resignificando o passado com os objetivos do presente. (SILVA, 2002, p. 432) Segundo Helenice Silva, “[...] no processo comemorativo, um duplo movimento parece configurar-se. Ele consiste em retirar o acontecimento do passado para penetrá-lo nas realidades e nas questões do presente, criando a contemporaneidade e abolindo o tempo e a distância.” (*Ibid.*, p. 436) Essas

datas “nos condicionam ao vínculo com a memória de modo positivo, público e intersubjetivo.” (LOVISOLO, 1989, p. 16)

De acordo com Elizabeth Jelin, essas datas comemorativas e rememorativas

“Se trata[n] de fechas en que el pasado se hace presente en rituales públicos, en que se activan sentimientos y se interrogan sentidos, en que se construyen y reconstruyen las memorias del pasado. Son momentos en que diferentes actores de cada país eligen para expresar y confrontar, en el escenario nacional, los sentidos que otorgan a los quiebres institucionales que unos impulsaron y otro/as sufrieron.” (JELIN, 2002, p. 1)

Em efemérides como os aniversários da implantação das ditaduras civil-militares de segurança nacional, as memórias conferidas dos Estados, das Forças Armadas e dos organismos de Direitos Humanos da região, entre outros setores da sociedade, conformam uma arena de disputas pelo sentido do passado, marcada pela dialética da lembrança e do esquecimento. Jacques Le Goff, em relação ao conflito de memórias, salienta que esta disputa discursiva, portanto, simbólica, não se refere exclusivamente aos sentidos conferidos ao passado, mas a própria memória coletiva dos países.

“[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (LE GOFF, 1984, p. 13)

Essa “batalha das memórias” – como Michael Pollak caracterizou a conjuntura dos anos 1970 na Europa, quando os processos de desestabilização fizeram emergir uma memória “proibida”, conflituosa com os relatos oficiais sobre o socialismo real – é uma das características das datas comemorativas e rememorativas.¹ Em relação à experiência das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul, as datas comemorativas e rememorativas foram um espaço privilegiado para desprivatizar a memória sobre o terrorismo de Estado, um sentido do passado que foi privatizado e deslegitimado e permaneceu restrito aos círculos das associações de vítimas diretas e indiretas e organizações de Direitos Humanos durante as ditaduras e, em alguns casos, também nos governos transicionais desses regimes.

¹ Pollak ainda fornece exemplos dos sobreviventes dos campos de concentração que retornam à Alemanha e à Áustria, e os alsacianos recrutados à força na Segunda Guerra Mundial. Cf. POLLAK, 1989, p. 4.

Estes “aniversários” evidenciam uma multiplicidade de memórias, relacionadas às formas como as pessoas e os grupos constituem seus sentidos do passado e como o relacionam com o presente no ato de recordar e lembrar. Além disso, a análise das mudanças ocorridas nessas cerimônias ao longo do tempo demonstra que essas memórias não são estáticas, mas mutáveis, passíveis de sofrer enquadramentos de memória diferentes, de acordo com as conjunturas onde são ativadas.

“Las fechas conmemorativas, con su recurrencia en el ciclo anual, son puntos de entrada privilegiados para el análisis de la tensión entre los rituales que se reiteran y reflejan continuidades identitarias y de sentido, por un lado, y las fracturas, cambios y transformaciones en las prácticas y significados de la conmemoración, por el otro.” (JELIN, 2002, p. 4)

Neste sentido, é importante lembrar as durações das ditaduras civil-militares argentina e brasileira. Enquanto a ditadura civil-militar brasileira permaneceu 21 anos no poder, comemorando, assim 21 “aniversários”, a ditadura argentina teve uma duração de apenas sete anos, porém, desmoralizada e deslegitimada desde seu quinto “aniversário”. (LORENZ, 2002, p. 60 e ss.)

A partir desta constatação, cabe-se interrogar sobre quais datas devem ser comemoradas e lembradas e por quais atores sociais, etc. As possíveis respostas indicam que as mesmas datas têm sentidos e significados diferentes para os diversos grupos sociais; e que as memórias suscitadas estão impregnadas por questões relativas ao presente, e não necessariamente às lembranças dos acontecimentos, pois o passado é sempre pensado a partir do agora.

“Las conmemoraciones, en tanto práctica de memoria, tienen ambas posibilidades: la fijación y la subversión, constituyendo un espacio privilegiado para entender los procesos de disputa y hegemonización de ciertas versiones del pasado, las identidades en juego y los intentos de elaboración de los hechos violentos. Al mismo tiempo, permiten visualizar las prohibiciones establecidas por el Estado, así como la aceptación (o no) de dichos límites por parte de los actores y actrices sociales, es decir, de voluntades que genera condiciones de posibilidad para la construcción de saberes, afectos e identidades sobre el pasado, y que están siempre abiertas a resignificación.” (PIPER, 2009, p. 154)

Por fim, caberia ressaltar que os atos de comemoração e lembrança são atividades direcionadas ao futuro, no qual os atores identificam-se como portadores de uma herança, um legado e uma mensagem para as novas gerações, com funções claramente pedagógicas. (JELIN, 2002, p. 5) Isto porque o passado ditatorial ainda não passou, não está fechado; pelo contrário, permanece como parte central, em alguns

países, no cenário político do presente. “Las ‘cuentas’ con el pasado no están saldadas, ni en términos institucionales ni en términos simbólicos.” (Idem)

Desta forma, o 24 e o 31 de março, na Argentina e no Brasil, respectivamente, são datas rememorativas onde o passado se torna presente, em que sentimentos díspares como o sentido de verdade e justiça e o de injustiça e impunidade estão presentes, e em que se elaboram e explicitam diversos sentidos sobre os golpes e as ditaduras civil-militares de segurança nacional, assim como sobre as estratégias de implantação do terror e, mais especificamente, a questão dos desaparecidos políticos. A cada ano que passa, mais que rememorações, essas datas tornam-se, como afirmado anteriormente, um momento de condensação de memórias, uma conjuntura – mesmo que fugaz no caso brasileiro – de ativação da memória, pois alguns grupos passam a discutir a temática da ditadura, compartilhando o trabalho de enquadramento da memória com o restante da sociedade.

Durante a vigência das ditaduras civil-militares de segurança nacional, essas datas podem ser entendidas como eventos *comemorativos*, no sentido em que as Forças Armadas de ambos os países detinham o monopólio sobre a data, impondo sua versão sobre os eventos e determinando, assim, o sentido sobre o passado que deveria vigor. Nesse sentido, podem ser considerados “comemorandas” (LORENZ, 2002) – uma soma de comemoração com propaganda –, eventos que, ao mesmo tempo, caracterizavam-se pelas comemorações, mas também pela propaganda realizada pelas próprias ditaduras civil-militares.

Em relação ao caso brasileiro, há duas especificidades quanto às comemorações e rememorações, presentes desde o golpe civil-militar de 31 de março de 1964. A primeira diz respeito sobre o dia em que ocorreu a intervenção militar. Enquanto os militares designavam o dia 31 de março como início da autoproclamada “Revolução”, setores oposicionistas afirmavam – e ainda afirmam – que o golpe fora dado no dia 1º de abril, mas que a data não poderia ser assumida pelos militares, pois este dia, no Brasil, é conhecido como “dia dos bobos”. Na verdade, as movimentações militares que levaram à derrubada do presidente João Goulart começaram no dia 31 março, prosseguiram durante todo dia 1º de abril, e culminaram, na madrugada desse dia para o dia 2, com a declaração de vacância do cargo presidencial pelo então presidente da

Câmara de Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli. A segunda especificidade relaciona-se às diversas nomenclaturas dadas ao golpe. Desde o primeiro momento, os militares auto-intitularam seu movimento como “Revolução”, utilizando-se do caráter positivo que o termo possuía naquela conjuntura dos anos 1960 com a finalidade de legitimarem-se. Por outro lado, os demais grupos da sociedade reconheceram que se tratava de um “golpe”.

Alessandra Carvalho e Ludmila da Silva Catela salientam que a determinação sobre a data e nomenclatura “corretos” não se trata da questão mais importante, mas sim como essas disputas evidenciam diferentes sentidos outorgados ao passado ditatorial brasileiro.

“Poco importa determinar la fecha ‘real’, lo que interesa es tener en cuenta estas dos (31 de marzo o 1 de abril) como hitos desde los cuales actores y grupos enmarcan sus discursos y se posicionan en dicha historia. Optar por una u otra, así como usar diferentes denominaciones como revolución, régimen militar o golpe, es pararse en diferentes veredas de la historia y la memoria.” (CARVALHO e CATELLA, 2002, p. 196)

A análise das comemorações e rememorações dos 40 anos da implementação da ditadura civil-militar no Brasil, em 2004, e da instauração do *Proceso* na Argentina, em 2006, manifesta as diferenças entre as formas como os Estados argentino e brasileiro lidam em relação ao seu passado traumático, e, por consequência, elaboram políticas de memória e esquecimento.

Enquanto no Brasil predominam, ainda nos dias de hoje, a “lógica de proteção” e a “ideologia da reconciliação”, como ficou evidenciado pelo discurso do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, e por representantes das Forças Armadas, na Argentina, é evidente as diversas demonstrações de ruptura quanto a este passado, e as disposições do governo em elaborar políticas de memória e, desta forma, garantir determinados direitos como à justiça e à verdade.

Referências

Carta Capital, São Paulo, jul. 2004, p. 25.

CARVALHO, Alessandra, CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

Jaque a los asesinos de Walsh. *Página/12*, Buenos Aires, 21 jun. 2006. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-70293-2006-07-21.html> Último acesso: 4 mar. 2010.

JELIN, Elizabeth. Introdução. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LE GOFF, Jacques. Memória. In : *Enciclopédia Einaudi*. vol 1. Memória-História. Lisboa : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

LORENZ, Federico Guillermo. ¿De quién es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "infelices"*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 16-28.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

Página/12, Buenos Aires, 24 mar. 2006.

Página/12, Buenos Aires, 25 mar. 2006 Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-64719-2006-03-25.html> Último acesso: 4 mar. 2010.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

PIPER, Isabel. Investigación y acción política en prácticas de memoria colectiva. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricas*, RJ, vol. 2, n. 3, p. 1989 p. 3-15.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Imprensa e Divulgação. *Briefing* do Porta-voz. 31 mar. 2004. Disponível em: <http://www.info.planalto.gov.br/> Último acesso: 19 fev. 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. Disponível em: www.gramsci.org . Acesso em: 15 set. 2002.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, 2002, v. 22, n. 44, p. 432.

VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009.